BOLETIM **TRIMESTRAL** DE INVESTIMENTOS



3° trimestre de 20**26**

METRUS
INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

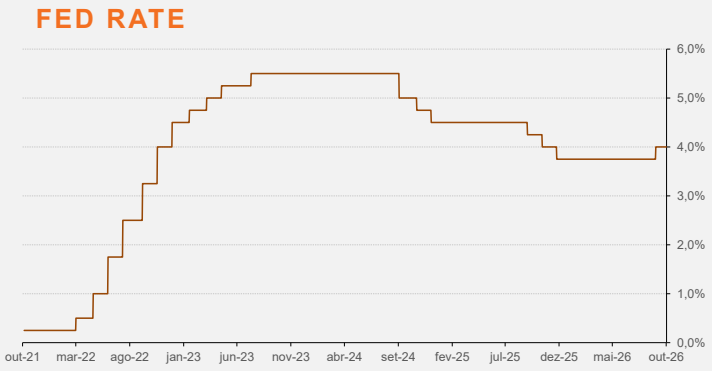
Destaques: 3° trimestre de 2026

O trimestre terminou com políticas monetárias em direções distintas: o Brasil reduziu a taxa Selic, enquanto os Estados Unidos elevaram os juros em setembro. A renda fixa brasileira indexada à inflação recuperou valor no período, em ambiente que continuou exigindo atenção aos riscos inflacionários, fiscais e geopolíticos. As eleições brasileiras de 2026 mostraram cenários distintos para o legislativo (câmara e senado) ante o executivo central.

1. Cenário Internacional

Entre julho e setembro, as tensões no Oriente Médio e as incertezas sobre os preços de energia permaneceram entre os principais fatores de risco para os mercados. Seus efeitos sobre a inflação e as expectativas de juros continuaram relevantes para a precificação dos ativos e para as condições financeiras de todos os países.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve elevou a faixa dos juros básicos da economia (Fed Rate) em 0,25 ponto percentual, na reunião de 16 de setembro, entre 3,75% a 4,00% ao ano. A decisão foi unânime dos membros. O comunicado destacou inflação elevada, expansão robusta e sólida da atividade econômica, resiliência dos gastos domésticos e investimentos. A parte dos gastos tem sido impactada pelo choque de oferta de petróleo derivado do conflito no Oriente Médio, que implica em prevalência do cenário de custos em patamar elevado. A elevação da taxa básica de juros pela Autoridade Monetária buscou acelerar a convergência da inflação à meta de 2%.

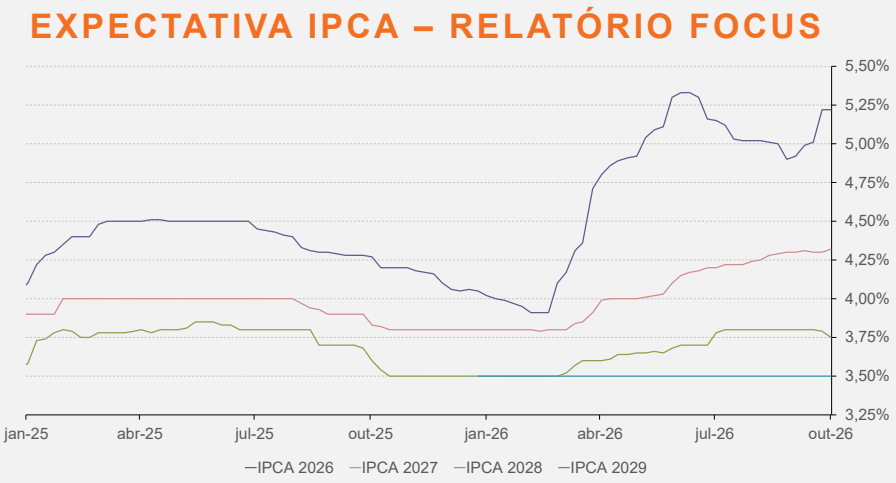


Para as carteiras de investimentos com exposição internacional, apesar do cenário global de dólar fraco, devemos ter em mente que a presença de ativos em moeda estrangeira no portfólio, por gerar diversificação e descorrelacionar o risco das carteiras, serve como

atenuador de choques extremos e têm-se mostrado agregador de retorno no longo prazo para os fundos de pensão.

2. Cenário Doméstico

Na reunião de 16 de setembro, o Copom reduziu a Selic para 13,75% ao ano. A Ata apontou moderação gradual da atividade econômica, mercado de trabalho ainda aquecido e expectativas de inflação acima da meta de 3% para os próximos anos (gráfico ao lado), conforme demonstrado pela Pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central. O Comitê manteve a avaliação de que a política monetária precisa permanecer restritiva e destacou os efeitos dos riscos fiscais sobre os prêmios da curva de juros. Dito de outro modo, o déficit fiscal do governo implica diretamente em taxa de juros elevadas.



O IPCA de setembro registrou alta de 0,82%, após queda de 0,32% em agosto. O índice acumulou 3,95% de janeiro a setembro e 4,58% em doze meses.

Na renda fixa, o IMA-B avançou 5,79% no trimestre, ante 3,43% do CDI. Em setembro, a queda das taxas de juros reais favoreceu

principalmente os títulos mais longos: o IMA-B 5+ (títulos acima de 5 anos) subiu 3,82%.

A valorização por marcação a mercado não elimina a possibilidade de perdas futuras se as taxas voltarem a subir. Os indicadores a seguir mostram o desempenho dos principais indicadores de mercado no mês de setembro de 2026, e em outras janelas de tempo.

Embora esta carta seja referente ao 3° trimestre/2026, não faria sentido publicá-la sem incorporar o resultado das Eleições 2026 e a correspondente reação dos ativos financeiros. Em tempo, concluído o 2° turno das Eleições 2026 os mercados reagiram negativamente ao resultado, que mostrou a opção pela manutenção do presidente atual, de modo que câmbio, bolsa e juros, no dia 26/10/2026, primeiro dia após a divulgação do resultado da eleição, exibiram performance extremamente depreciada, só comparável a eventos de rara ocorrência, como a pandemia de 2020.

O primeiro destaque é que o resultado que emergiu das urnas revelou a magnitude da força da centro-direita nas eleições estaduais e, principalmente, na Câmara e no Senado. Para o cargo de Presidente da República, a manutenção do incumbente, e por inferência, de suas políticas econômicas com expansão fiscal mostrou intensa reprecificação dos ativos de risco (dólar disparando, bolsa afundando e prêmio de risco subindo) sinalizando equilíbrio financeiro mais precário, que poderá implicar em juros mais altos por maior período.

A gestão dos investimentos segue rigorosamente a Política de Investimentos de cada Plano de Benefícios. A alocação dos ativos considera os compromissos dos planos de benefícios, a liquidez, a diversificação e os limites de risco, com foco sempre no horizonte de longo prazo.

3. Investimentos e Desinvestimentos Realizados no 3T26

Durante o período, foram realizadas compras de Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) para os Planos de Benefícios I e II ("Planos I e II"), em linha com os respectivos estudos de *Asset Liability Management* (ALM), que avaliam a compatibilidade entre os investimentos e os compromissos atuariais futuros, com taxas de retorno bastante superiores à Taxa Atuarial e do Índice de Referência dos planos. Para o Plano I, foram adquiridos títulos com vencimentos em 2037 e 2040. Para a parcela de Benefício Definido (BD) do Plano II, foram adquiridos títulos com vencimento em 2050, também conforme indicado em estudo de ALM deste plano.

Além disso, no Plano II, foram alocados recursos adicionais no segmento de renda variável, por meio do fundo de fundos de ações ("FOF"), tendo em vista oportunidade gerada com as sucessivas quedas do Índice Ibovespa no mês de agosto. A alocação integrou a estratégia baseada no estudo de Fronteira Eficiente da parcela de Contribuição Definida (CD), que busca combinar diferentes classes de ativos para aprimorar a relação entre risco e retorno esperado da carteira, respeitando os limites e as diretrizes da Política de Investimentos do Plano II.

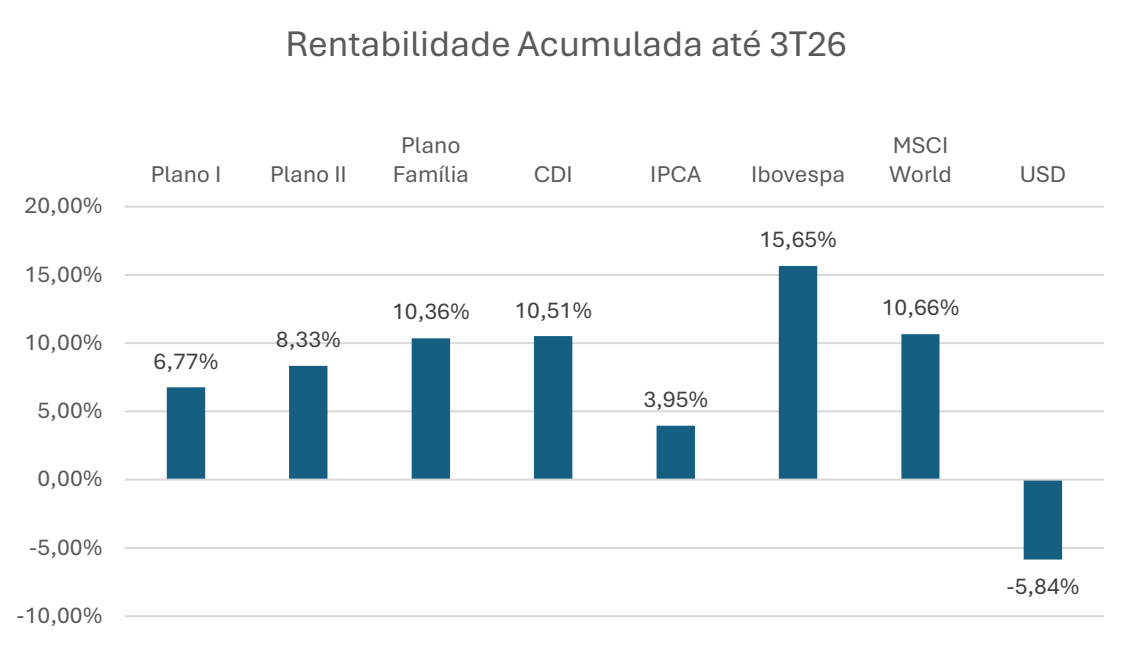
No Plano II, em virtude de dificuldades com endividamento de algumas empresas, foi encerrado o fundo de crédito privado ARX Metrus 2. Os recursos provenientes do encerramento foram alocados em um fundo de títulos soberanos, cujo benchmark é o CDI, substituindo a exposição ao crédito privado por ativos de emissão soberana. De acordo com as avaliações que embasaram a decisão, essa

alternativa apresenta expectativa de rentabilidade superior ao Índice de Referência do plano.

Nos Planos I e II, foi concluída a alienação das carteiras de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) à gestora Spectra. O processo de venda teve início no quarto trimestre de 2025, foi aprovado pelos órgãos de governança e envolveu estudos e avaliações das carteiras e das alternativas disponíveis. A operação integrou o trabalho de revisão e gestão dos investimentos. Os recursos provenientes da venda foram realocados em NTN-B, de acordo com as estratégias e diretrizes de cada plano, considerando seus compromissos, objetivos e limites de risco.

4. Rentabilidade - Ano 2026

Abaixo, apresentamos a rentabilidade acumulada no ano de 2026, até o mês de setembro, dos principais benchmarks representativos das classes de ativos alocados pelos Planos de Benefícios do Metrus.



A gestão dos investimentos do Metrus segue rigorosamente as Políticas de Investimentos de cada Plano de Benefícios, que contempla estudos de adequação do portfólio ao fluxo de caixa para pagamento de benefícios previdenciários projetados ao longo do tempo, de modo a mitigar o risco de descasamento de fluxos.

5. Glossário

CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): é o registro permanente de admissões e dispensas de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

CDI (Certificado de Depósito Interbancário): é o índice que reflete as taxas de empréstimos de curto prazo (1 dia) praticadas entre as instituições financeiras. A principal referência para o CDI é a taxa SELIC, definida pelo Banco Central do Brasil.

Copom (Comitê de Política Monetária): órgão do Banco Central criado em 1996, cujo objetivo é traçar e acompanhar a política monetária do país, sendo responsável pelo estabelecimento de diretrizes a respeito da taxa básica de juros (SELIC).

SELIC: é a taxa básica de juros definida pelo Banco Central do Brasil. Essa taxa remunera os títulos pós-fixados emitidos pelo Tesouro Nacional (Letras Financeiras do Tesouro - LFT).

IMA-B 5: é o índice que reflete o desempenho dos títulos públicos federais atrelados à inflação (ou seja, cuja remuneração corresponde à variação da inflação acrescida de juros pré-fixados) que têm vencimento em até 5 anos.

IMA-B: é o índice que reflete o desempenho dos títulos públicos federais atrelados à inflação com todos os vencimentos disponíveis (de 2025 a 2060).

IMA-B 5+: é o índice que reflete o desempenho dos títulos públicos federais atrelados à inflação que têm vencimento em prazo maior que 5 anos.

NTN-B: trata-se do título público federal atrelado à inflação.

IBOVESPA: principal índice de ações da bolsa brasileira, concentra os papéis com mais liquidez no mercado.

IBr-X 100: índice de ações que reúne as 100 empresas brasileiras com maior valor de mercado negociadas em bolsa de valores.

MSCIW (Brasil): Índice de fundos de investimento no exterior cuja mandato é investir em estratégias preponderantes de renda variável por meio de ações de empresas listadas em Bolsa, com maior parte da exposição em EUA e menor participação em Europa. Além disso, apresenta exposição cambial.

Small Caps: (SMLL) índice de ações que reúne papéis de empresa de menor valor de mercado em termos absolutos.